



ACTA Nº 10/2011

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2011
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 28 DE NOVEMBRO DE 2011

-----No dia 28 de Novembro de 2011, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo da alínea a) do nº 1 do Art. 50º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Art. 19º, da alínea a) do nº 1 do Art. 24º e nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

- PUNTO 1 - *Esclarecimento, pela empresa de auditoria UHY, sobre o endividamento municipal e do sector empresarial local;*
- PUNTO 2 - *Apreciação e votação da proposta de Plano de Pormenor do Chinicato;*
- PUNTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de Estrutura Nuclear Orgânica do Município de Lagos - 2012;*
- PUNTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município de Lagos - 2012;*
- PUNTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento das Hortas Urbanas Sociais do Município de Lagos;*
- PUNTO 6 - *Apreciação do Parecer do Conselho Municipal de Segurança de Lagos.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 49 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)



Fl. 85v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Joaquim Pedro M Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	José de Jesus Figueira Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires de Miranda Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, nos momentos indicados nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Rui Manuel Furtado Barros Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas	1 dia	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros



-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador

-----TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foi convocado, para estar presente na Sessão Extraordinária de Novembro de 2011, para tomar posse como Membro efectivo do Conselho Municipal de Segurança o seguinte cidadão: **MIGUEL ANDRÉ MOREIRA MAIO** – Comandante da Esquadra da PSP de Lagos.-----

-----Verificada a conformidade formal e após ter prestado o juramento, procedeu à assinatura do respectivo auto, ficando investido nas suas funções.-----

-----ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:

-----Acta nº 7/2011 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de Setembro de 2011.-----

-----A Acta nº 7/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	1	1	1	23
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 63/AM/2011:**

-----Aprovada, por maioria, a Acta nº 7/2011 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de Setembro de 2011.-----

-----Acta nº 8/2011 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de Outubro de 2011.-----

-----A Acta nº 8/2011 obteve o seguinte resultado:



Fl. 86v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	1	1	22
ABSTENÇÕES	1	0	1	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 64/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta nº 8/2011 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de Outubro de 2011.-----

-----Acta nº 9/2011 da Sessão Extraordinária de Outubro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 17 de Outubro de 2011.-----

-----A Acta nº 9/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	5	1	0	1	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 65/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta nº 9/2011 da Sessão Extraordinária de Outubro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 17 de Outubro de 2011.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 66/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - ESCLARECIMENTO, PELA EMPRESA DE AUDITORIA UHY, SOBRE O ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL E DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 506-7.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	20.59
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)	21.03

-----Seguidamente tomaram a palavra os representantes da empresa de auditoria UHY, Dr. António Trabulo e Dr. Rui Coutinho, que apresentaram o Relatório



Sobre a informação semestral da Câmara Municipal, à data de 30 de Junho de 2011.-
-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Rui Manuel Furtado Barros Santos	21.06

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, solicitou aos representantes da empresa UHY que fizessem comparação entre a Câmara de Lagos e outras Câmara, dentro dos mesmos parâmetros da Câmara de Lagos, em que a UHY presta serviço de consultadoria. Solicitou ainda que fosse dado esclarecimento, por parte da UHY, sobre a forma de contabilização da dívida assumida pela Câmara e a compensação feita com o património consolidado do Município.-----

-----O Dr. António Trábulo, da UHY, esclareceu que quando a questão das entidades público-privadas surgiu, há cerca de quatro, cinco anos, a UHY tomou posição sobre o assunto e na certificação de contas de dois mil e oito, há referência a um montante, importante, de cerca de quarenta e oito milhões de euros. Disse que a Câmara Municipal de Lagos foi muito sensível à contabilização correcta desse valor, no sentido de tentar fazer com que as contas reflectissem a verdade dos factos. Informou que a UHY tem colocado reservas nas certificações emitidas, tendo ficado, na última certificação, um valor de cerca de trinta vírgula oito milhões de euros de reserva, que tem a ver com responsabilidades ao nível as empresas municipais que não estavam reflectidas e que vão passar a estar a partir do presente ano, dado o acordo feito com o revisor de contas das empresas municipais. Referiu que tem havido um grande esforço no sentido de afectar as contas com esta responsabilidade, uma vez que são responsabilidades futuras. Em relação a outras Câmara em que a UHY presta serviços de auditoria, informou que a Câmara de Lagos é a que tenta cumprir com as responsabilidades que assume em orçamentos futuros, pelo que as contas reflectem já as responsabilidade assumidas no futuro.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Relatório em apreciação refere que o Município de Lagos se encontra em desequilíbrio conjuntural, sendo que todos os dados enviados à DGAL não incluem todo o endividamento relativo às parcerias com os privados, pelo que perguntou se a DGAL pode considerar que o Município de Lagos está perante um desequilíbrio conjuntural ou perante um desequilíbrio estrutural das contas municipais, uma vez que os valores referidos são grandes, conforme referido.-----

-----O Dr. António Trábulo, da UHY, informou que a data verdadeira para ser definido o endividamento liquido será no final do ano, uma vez que nessa altura é que são conhecidas todas as informações que vão permitir saber qual o valor do endividamento. Disse esperar que no final do ano as empresas municipais reflectam os valores do endividamento que efectivamente têm, na sequência dos compromissos assumidos. Ao verificar-se isso o valor da participação que a Câmara tem nas empresas municipais vai ser alterado positivamente, por força da assunção, não só dos encargos como dos edifícios, que no futuro, serão da sociedade constituída pela Câmara Municipal, Empresa Municipal e Sociedade Anónima.



Fl. 87v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Significa isto que o endividamento da Câmara, com a referida assunção, não vai ter qualquer efeito.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) da apreciação feita ao Relatório em análise, realçou a dívida de cerca de oitocentos e sessenta e dois mil euros da empresa Futurlagos, o facto das empresas municipais não terem apresentado o Relatório de informação semestral, o facto da Futurlagos não ter registado no seu passivo a dívida relativa à Neofuturo, o facto de não ser exigido às empresas municipais e à Juntas de Freguesia, comprovativos da realização da despesa, por parte da Câmara Municipal e o facto de se verificar um terrível desequilíbrio orçamental da Câmara Municipal. Referiu que o relatório aponta para a inscrição de uma verba no orçamento da Câmara para o ano de dois mil e doze, para a cobertura do deficit de exploração, no que às empresas municipais diz respeito, pelo que perguntou a onde vão buscar essa verba. Disse ainda que o relatório menciona uma verba transferida pela Câmara Municipal para a Futurlagos de noventa e nove mil euros, para cobertura de resultados operacionais negativos, indevidamente contabilizado como despesa de capital, tendo solicitado esclarecimentos sobre esta situação.-----

-----O Dr. António Trabulo, da UHY, disse que o valor dívida da Futurlagos ao verificar-se no final do ano, vai ter que ser coberto pela Câmara Municipal, por força da aplicação da Lei das Finanças Locais. Em relação ao valor mal contabilizado e à não apresentação de comprovativos da realização de despesa disse ser uma chamada de atenção, por parte da UHY, para tais situações.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, em relação aos comprovativos da realização de despesa, relacionados com verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, solicitou à UHY que elucidasse como pode ser cumprida esta norma, uma vez que esta situação cria alguma confusão nas Juntas de Freguesia.-----

-----O Dr. António Trabulo, da UHY, referiu que este assunto é uma grande batalha em todos os Municípios, não é fácil obter tais comprovativos, mas têm que ser obtidos para poderem fazer parte da documentação da Câmara Municipal.-----

-----O Dr. Rui Coutinho, da UHY, disse que este procedimento de justificação de despesa existe, por exemplo, do lado da Câmara, uma vez que a Câmara quando recebe dinheiro do Orçamento do Estado para o Fundo Social Municipal, tem que fazer um regulamento de despesa para conseguir justificar essa receita, pelo que as Juntas de Freguesia devem criar um regulamento de despesas das diversas despesas que tem.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, perguntou como é que uma Junta de Freguesia pode justificar uma despesa, por exemplo de cem euros, em que parte é da responsabilidade da Junta e parte da responsabilidade da Câmara.-----

-----O Dr. Rui Coutinho, da UHY, disse que demonstrar que foi gasto a mais, não há problema. Referiu que há que justificar que gastou um determinado valor numa determinada execução, mas normalmente gasta mais. Terminou dizendo que o valor total é que tem que fazer parte da competência.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD), fazendo um ponto de ordem à mesa, disse o seguinte: “Recomendaria ao Sr. Presidente da Câmara e ao Partido Socialista, que convidassem a equipa para dar uma explicações, em privado, porque nós estamos a



ver que estão muito mal informados. Depois de dez anos de Poder, ainda não perceberam como é que isto funciona, ao ponto de terem que vir para uma Sessão pública da Assembleia Municipal, receber aulas de como se faz transferências de verbas. Se não fosse tão dramático e se não fosse tão grave, seria hilariante, vir para aqui com uma questão destas. O Sr. Presidente da Câmara Municipal chamou ignorantes ao Membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em dez anos de governação local, destruiu, financeiramente o Município e isso está aqui provado por a mais b e deveria assumir isso.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) solicitou ao Sr. José Valentim Rosado (PSD) que moderasse a sua intervenção.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, respondendo à intervenção do Sr. José Valentim Rosado, disse o seguinte: “O único ignorante que eu vi agora intervir, foi vossa excelência, que como o povo diz “confundi o cu com as calças”.”-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) começou por dizer que a maneira como o Sr. Presidente da Câmara está a apresentar o assunto, parece que se está a fazer de parvo, mas de parvo o Sr. Presidente da Câmara nada tem, porque todos sabem que a Câmara tem que saber como são geridas as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia e estas têm que provar como as gastam. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara ao questionar a empresa UHY na Assembleia Municipal, da forma como o faz, para além de se estar a fazer de parvo está a passar um atestado de ignorância aos Deputados Municipais. Dirigindo-se aos representantes da UHY, perguntou que classificação davam, neste momento, à Câmara Municipal e às empresas municipais, de um até dez.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o Sr. Presidente estava a agir correctamente e que as questões que colocou foram do âmbito político e não de âmbito pessoal. Agradeceu as respostas dadas e disse que estava ali para aprender. Disse que a Câmara Municipal tem que cobrir o valor do endividamento das empresas municipais, caso as mesmas não o façam, pelo que perguntou que benefícios tem a Câmara Municipal em ter empresas municipais.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) perguntou à UHY se não havia a possibilidade de ser apresentada uma contabilidade a nível patrimonial, da Câmara Municipal, de modo a terem todos conhecimento de uma realidade mais precisa para além da contabilidade orçamental.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) disse não subscrever as palavras do Sr. José Valentim Rosado. Referiu que a Câmara quer mostrar a transparência nas contas, e quando vem mostrá-las é acusada de tomar por ignorantes os Deputados Municipais. Disse ainda que, na realidade, todos têm uma ideia das contas, mas ter técnicos especializados a explicar é outra coisa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), da análise que fez ao documento em discussão, disse serem extremamente preocupantes as conclusões feitas pela empresa UHY. Solicitou à UHY que se renunciasse sobre o papel que pode ter a contabilidade analítica para o Município. -----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) referindo-se à intervenção do Sr. José



Fl. 88v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Valentim Rosado, disse ter assistido a uma cena lamentável, tendo a Bancada do PS e os Presidentes de Junta, sido apelidados de ignorantes e não pode concordar com tal situação; acrescentou que em política e em democracia não vale tudo.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que há muitas despesas que não se conseguem comprovar, como é por exemplo o tempo disponibilizado por um funcionários na execução de determinadas tarefas e as dúvidas que foram surgindo foram colocadas ao Sr. Presidente da Câmara, não por ignorância. Afirmou que se recusava a receber, na Assembleia Municipal, lições de moral ou de qualquer outra natureza. Referiu que a Junta de Freguesia que preside tem contabilidade organizada, Orçamentos aprovados pelo Tribunal de Contas e Relatórios onde são discriminados todos os gastos dos dinheiros públicos. Disse que, na sua opinião, a Bancada do PSD devia apresentar um pedido de desculpa aos Presidentes de Junta de Freguesia, uma vez que foram rotulados de incompetentes. Terminou agradecendo as explicações dadas pelos técnicos da UHY.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que a intervenção do Sr. Luís Bandarra vem dar razão às suas palavras anteriormente proferidas, uma vez que ele sabe como gerir as contas da sua Junta. Referiu que estava num Órgão político e não numa sala de aula, apesar de saber que existem muitas senhoras professoras na Assembleia Municipal. Disse ter estranhado a intervenção da Sra. Maria Fernanda Afonso, uma vez que sempre a considerou uma boa profissional aquando da sua passagem pela Câmara Municipal como técnica responsável de um Departamento.---

-----A Sra. Sara Coelho (PS) disse que as mulheres presentes na Assembleia Municipal não confundem a sua vida profissional com a vida política.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) sobre o património das empresas municipais que podem ter o mesmo valor da dívida e que pode passar para a Câmara Municipal, considerando que o património não gera receitas, perguntou em que medida se traduz o reflexo da passagem para a Câmara Municipal deste património, nas contas do Município. Disse que os números da dívida não coincidem entre os documentos apresentados pela Câmara e o Relatório da UHY, pelo que perguntou qual tem sido a evolução do passivo municipal ao longo dos últimos dois anos. Referiu ser *sui generis*, ou mesmo demagogia pura, pensar que é coincidência estarem todos presentes nesta reunião, na companhia da equipa técnica da UHY e o facto da Câmara Municipal estar à beira do saneamento financeiro das suas contas municipais. Disse que a situação criada pelo PS leva à sua necessidade de justificar aquilo que não é justificável. Referiu ainda que basta olhar para o que foi feito e para a documentação apresentada pela Câmara Municipal sobre as contas municipais, para se ver a leveza de espírito do PS na gestão dos recursos do Município de Lagos.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que quem avalia o trabalho dos Executivos camarários é a população e a Assembleia Municipal é o espelho dessa avaliação. Em relação à situação financeira da Câmara, disse que a mesma não estava bem, mas não é só a de Lagos que não está bem, devido à grave situação económica que o Mundo atravessa, mas o PSD tem grandes dificuldades em ver isto. Perguntou à UHY se é



possível manter o passivo do imobilizado que está em dívida na Câmara Municipal e nas empresas municipais, porque parece que é isso que o PSD quer e se isso for possível agradece que isso seja explicado ao PSD, mas numa lição privada.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse ser mentira o PS querer justificar aquilo que não tem justificação, uma vez que o PS justifica o justificável com a obra apresentada ao longo dos últimos anos.-----

-----O Dr. António Trábulo, da UHY, sobre a contabilidade patrimonial versus contabilidade orçamental, informou que a Câmara não é obrigada a apresentar contas com a contabilidade patrimonial à data de trinta de Junho. Esclareceu que a contabilidade analítica permite contabilizar os custos dos serviços e dos produtos de forma correcta, mas é difícil para uma Câmara ter este tipo de contabilidade. Em relação ao investimento versus equilíbrio, disse que as despesas que estão a ser feitas pelas Neofuturo e EL, são despesas de investimento em edifícios não se colocando, termos políticos, a questão do retorno deste investimento. Sobre o passivo consolidado disse que há discrepância porque há valores que não constaram a trinta e um de Dezembro. Terminou dizendo que o passivo imobilizado só pode constar num lado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, agradeceu a presença dos representantes da UHY e as explicações dadas. Realçou que ficou clara a transparência das contas do Município. Referiu que os auditores fazem aquilo que tem que ser feito e por isso os resultados do Relatório apresentado não são famosos, assim como a situação e é isso que a Câmara divulga. Disse que os investimentos feitos em conjunto com as empresas municipais, representam uma mais valia para o Município, que de outra forma seria improvável concretizar. Referiu que tinha promovido o esclarecimento e a demonstração da verdade em relação às contas da Câmara Municipal e isso deixou-o satisfeito.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando o relatório sobre informação semestral, relativo ao primeiro semestre de 2011 sobre a situação económica e financeira do Município, apresentado pela empresa UHY. O eleito da CDU propõe que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal: Que sejam adoptados procedimentos e medidas necessárias à correcção das anomalias e sugestões apresentadas no referido relatório.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou que esta Recomendação fosse votada, uma vez que o que veio à Assembleia Municipal foi um Relatório enviado à Assembleia Municipal pela UHY.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que se fosse uma Recomendação da CDU à Câmara Municipal o PS nada tinha a opinar, mas se a mesma vai ser votada, o PS vota contra porque entende que isso era considerar que a Câmara Municipal entende o Relatório dos auditores como o relatório de um Grupo Municipal com assento na Assembleia Municipal.-----

-----Posto isto foi a Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:



Fl. 89v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	0	1	1	7
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0
VOTOS CONTRA	19	0	1	0	0	20

-----**DELIBERAÇÃO Nº 67/AM/2011:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 18 minutos, Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 37 minutos.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DO CHINICATO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 506-9.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----Seguidamente teve lugar a apresentação do Plano de Pormenor do Chinicato, por parte da empresa que o elaborou – Projitape – Arquitectura – Planeamento Engenharia, tendo representado a empresa o Arq. Miguel Maia, Eng. José Pedro Pinto e o Dr. José de Deus, estando presente ainda o Sr. Eng. Silva, Eng. Martins e a Sra. Dra. Ana Marreiros, por parte da equipa técnica da Câmara Municipal que acompanhou todo este processo.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou à Câmara Municipal, se não seria contraditório o facto do Plano de Pormenor do Chinicato contemplar um Retail Park, quando a Câmara Municipal tem feito investimento no acesso ao Centro Histórico. Questionou-se se este Retail Park não virá prejudicar o desenvolvimento económico e comercial do Centro Histórico.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) referiu que tinha dúvidas sobre algumas opções políticas tomadas neste Plano, nomeadamente a área habitacional que vai duplicar, a área comercial, já referida pelo PSD, e a aproximação da área habitacional ao sapal de Lagos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este Plano é dos que levou mais tempo até à apresentação desta Proposta final. Disse que a grande “novidade” deste Plano é o Retail Park, estando a CDU totalmente contra nesse ponto, uma vez que este equipamento vai trazer grandes prejuízos para o comércio de Lagos e de Odiáxere.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que o Retail Park fica na freguesia de Odiáxere e uma área comercial da dimensão de um Retail Park traz problemas a todo o comércio tradicional do Concelho. Afirmou estar provado que este tipo de equipamentos cria trinta postos de trabalho, mas origina trezentos despedimentos. Referiu que as vantagens de ser construído um



Retail Park no Chinicato são para os donos dos terrenos que vão ao vendê-los, e ser um travão que se pode colocar às pessoas de Lagos no sentido de não saírem do Concelho para fazer compras neste tipo de equipamento. Terminou dizendo esperar que a Junta de Freguesia beneficie de alguma coisinha com a instalação de um Retail Park na sua área.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PS não quer que o comércio local, o Centro Histórico ou qualquer uma das infra-estruturas construídas nos últimos anos, fique prejudicada em relação à aprovação deste Plano. Referiu que os Planos levam muito tempo a ser elaborados e não seria aceitável aprovar um Plano em que não ficasse expressa uma ocupação para aquela parte do território, que pode levar anos a ser construída ou até nem sê-lo. Disse que o comércio no Centro Histórico tem que ser repensado e esta não é uma opinião só de pessoas do PS, uma vez que foi demonstrada por diversas pessoas aquando da apresentação do Plano de Circulação do Centro Histórico. Referiu que o comércio no Centro Histórico está vocacionado para o turismo e como todos sabem o turismo não passa por boa fase, nesta altura. Terminou anunciando o voto a favor do PS, na Proposta de Plano de Pormenor do Chinicato.-

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD teve alguma dificuldade em entender o discurso do PS, uma vez que, se vai ficar definido em Plano uma determinada construção para a área específica, é porque vai ali ser construído um Retail Park, sem dúvida. Referiu que não é preciso o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere dizer, porque o PSD sabe, que um equipamento destes prejudica o comércio local. Acrescentou que o comércio do Centro Histórico não é só virado para o turismo, uma vez que estão instalados serviços e comércio não dedicado só ao turismo. Disse que os argumentos aduzidos pelo PS não servem para justificar a aprovação de um Plano contra o comércio local, dado que a construção de um Retail Park vai prejudicar todo o comércio tradicional do Concelho.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que desconfortável tem ficado o PSD com todos os Planos apresentados pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, principalmente com o da Meia Praia. Referiu que o PSD ainda não falou em mais nada do Plano de Pormenor do Chinicato que não seja a questão do Retail Park, parecendo que só querem que o Chinicato seja uma zona dormitório sem mais nada que possa vitalizar a zona. Disse que o comércio no Centro Histórico não se pode promover quando às oito horas da noite estão estabelecimentos fechados. Reafirmou que o PS não está contra o comércio tradicional.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse compreender a posição desconfortável do Sr. Paulo Jorge Reis, mas não podia aceitar que este utilizasse, como arma de arremesso, o Plano da Meia Praia, dado que o PSD até aprovou tal Plano, apesar de levantar questões relacionadas com os acessos, mas não pode aprovar tudo o que o PS apresenta, porque não concorda com muito do que é apresentado pelo PS. Referiu que o PSD faz ver na Assembleia Municipal as opções políticas pelas quais se guia e o PS faz o mesmo. Disse que a democracia é uma coisa bonita, um dia está uma força política no Poder, noutra dia está outra força política e o PS tem que aprender



Fl. 90v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

a viver em democracia. Acrescentou ainda que o PSD não estava contra ninguém, nem contra nenhum Partido, têm é uma opinião diferente e não pode concordar com esta opção política, constante no Plano de Pormenor do Chinicato, uma vez que a construção de um Retail Park é prejudicial para o comércio tradicional. Informou que o PSD ia votar contra esta Proposta, porque a mesma é má para a cidade e todos sabem disso. Terminou dizendo que o Sr. Paulo Jorge Reis, como Presidente de uma Junta de Freguesia urbana, deveria ser o primeiro a levantar a voz e a indignar-se com a construção de um Retail Park em Lagos.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que cada um defende as suas posições políticas. Referiu que o PSD quer passar a mensagem de que o PS aprova um Plano contra o comércio tradicional e isso é desonestidade política porque não é isso que sucede e não é isso que o PS quer, uma vez que o PS apoia o comércio local de uma maneira concertada e desde que os comerciantes mostrem uma vontade de mudança. Perguntou se a questão da aproximação da zona habitacional ao sapal de Lagos lesa alguma coisa.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse discordar da maior parte do que foi dito nesta discussão, uma vez que estão a ser metidas no mesmo saco muitas coisas, uma vez que ainda não se sabe que tipo de comércio vai ser desenvolvido no Retail Park, para comparar com o problema do Centro Histórico. Referiu que o Centro Histórico é um problema que tem que ser tratado em profundidade com todos os agentes envolventes. Disse que há pouca coisa em Lagos e há muito tempo que Lagos necessita de uma grande superfície que não vai ser só frequentada por locais, mas também por turistas.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) disse que o PSD está sempre contra o que o PS apresenta, parecendo que este Plano devia ter sido feito pelo PSD em vez de o ter sido por uma empresa especializada.-----

-----O Sr. Rui Santos (PS) disse que o Plano do Chinicato tenta harmonizar a parte já existente de construção, aproximando a área habitacional da industrial e cria uma área comercial que, na sua opinião, não vai fazer moça ao comércio tradicional, dado que as suas dimensões não são exageradas e o tipo de comércio que irá ocupar o espaço é diferente da do Centro Histórico. Referiu que o Retail Park no local poderá funcionar como tampão entre Lagos e a zona comercial de Portimão. Disse que o Centro Histórico tem problemas e esses têm que ser pensado em paralelo com esta situação. Referiu que as áreas de impermeabilização são muitas das vezes, neste tipo de Planos, esquecidas, sendo esta área importante, nomeadamente em relação a cheias, que muitas vezes se verifica por culpa da acção do homem, pelo que isso deveria ficar definido em Plano.-----

-----O Sr. Eng. Silva, Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal, disse que o Chinicato não tem somente a função de uma povoação, assume uma grande importância no do Município em várias áreas, como a indústria. Referiu que as opções são, na sua grande maioria políticas, mas também têm intervenção ao nível do planeamento e do desenvolvimento do próprio Município. Disse que o que se espera é que Lagos ajude, conjuntamente com Portimão e Lagoa, à criação de um pólo/centro que consiga equilibrar, de



alguma forma, aquilo em que o Algarve está dividido, por um lado Lagos, Portimão e Lagoa e no outro Loulé, Faro e Olhão. Acrescentou que da Cidade de Lagos espera-se ainda que, para além de fazer parte do pólo/núcleo referido, assuma a responsabilidade de fazer a charneira com o triângulo vicentino, dando isto uma responsabilidade acrescida à função municipal, sendo necessário alguma frieza em analisar as questões. Referiu que a questão do Retail é uma realidade e não vale a pena perder o rácio que Lagos tem em conjunto com Aljezur e Vila do Bispo, para se concentrar tudo em Portimão. Disse que não se pode deixar que tudo se concentre no lado de lá quando podemos ter uma função de contenção em Lagos, sendo uma estratégia. Informou que a dimensão do Retail Park previsto, é reduzida, sendo mais pequena que a área do Retail Park mais pequeno de Portimão. Disse que o comércio a ser instalado no Retail Park, é de natureza diferente do que está no Centro Histórico. Referiu que o Chinicato é uma povoação equilibrada em termos de habitação uma vez que consegue reunir habitação social, cooperativa e privada, assim como tem a maior área industrial do Concelho. Disse que este Plano pretende fazer do Chinicato uma povoação para além de dormitório, como se verifica no presente. Em termos de aumento de habitação a mesma tem o objectivo de expandir a Urbanização da Encosta do Sol, uma vez que não se pode concentrar a habitação numa única urbanização, como se verificou no passado, tendo a Encosta do Sol sido um erro do passado. Disse que o aumento da área habitacional não vai pressionar o sapal.-----

-----O Sr. Arq. Miguel Maia, da Projitape, disse que foram criadas, obrigatoriamente, bolsas de protecção ao sapal. Em relação à impermeabilização dos solos disse que tudo está feito para que seja permitida a permeabilização das águas pluviais.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que este Plano resolve de forma sensata, identificando e resolvendo quatro questões principais: - colocar ordem no aglomerado tradicional; - resolver o problema da Urbanização da Encosta do Sol; - desenvolver, ordenadamente o loteamento industrial; - planear, devidamente, áreas comerciais. Referiu que os Planos não são nem contra, nem a favor do comércio local, são a favor de estratégias de desenvolvimento. Se produzirem, eventualmente, algumas consequências na esfera de alguns grupos, trarão outras consequências de sinal contrário na esfera de outros e trazem consequências favoráveis a todos os consumidores. Informou que as medidas ambientais foram todas tidas em devida conta e que o investimento previsto para o Chinicato é essencialmente privado. Referiu ainda que a magna questão do Centro Histórico não se resolve com a recusa de um Retail Park no Chinicato.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DO CHINICATO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	1	0	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	1	1	7



Fl. 91v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----DELIBERAÇÃO Nº 68/AM/2011:

-----Apreciada a Proposta do Plano de Pormenor do Chinicato, foi deliberado, por maioria, nos termos do nº 1 do artº 79º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, **aprovar** o Plano de Pormenor do Chinicato, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 19 de Outubro de 2011.-----

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Manuela Goes (BE): “O Bloco de Esquerda vota contra este Plano porque não foi com a perspectiva urbanística e ambiental nele perspectivada que concorremos às eleições autárquicas e que elegemos uma pessoa que está sentada nesta cadeira. Pelos três motivos que eu apresentei, que são as nossas preocupações a saber: - a triplicação da área construída, portanto isso implica mais betão; - a vasta área comercial perspectivada e as consequência que trará para todo o comércio, não é só para o comércio do Centro Histórico, é para toda a actividade comercial; - falta de alguma preocupação ambiental, nomeadamente em relação à proximidade da área habitacional com o sapal de Lagos. Por estes motivos nós votamos contra este Plano. Gostaria ainda de dizer que não aceitamos argumentos de que votamos sempre contra, isto porque eu ouvi aqui hoje, porque ainda muito recentemente votamos favoravelmente o Plano de Pormenor de Bensafirim e também porque ouvi hoje muito falar do Plano da Meia Praia, já agora gostava de dizer que temos muita pena de ainda não estarmos aqui representados nesta casa na altura em que se votou esse Plano, porque nem geraria da nossa parte qualquer discussão, era voto contra. Para terminar, eu sou professora e tenho uma perspectiva pedagógica da vida e ser professora significa ensinar e aprender, pela parte que me toca eu espero aprender até morrer, isso significa que estou viva, quem acha que sabe tudo, peço desculpa pelo adjectivo que vou utilizar, mas eu só o posso adjectivar de arrogante.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “O aglomerado urbano do Chinicato apresenta-se, neste projecto de ocupação do solo, chamado Plano de Pormenor, como um satélite da Cidade de Lagos, formado por uma parcela destacada, mas que lhe vai acentuar a confusão, da área que se estende ao longo de cerca de 5 km da EN 125, entre Lagos e a Vila de Odiáxere. O Plano não apresenta, nos elementos dados a público, justificações urbanísticas para o que propõe. Tudo aparece ou palpita ou por uma espécie de geração espontânea, que terá estado na génese do Chinicato, mas que hoje é inaceitável. A parte destinada a instalações oficiais, armazenagem e indústria, ocupa a zona norte, completando a existência, e a topografia natural afasta-a da parte residencial. O alargamento que é proposto para a área residencial, constitui um dormitório urbano, de tipo subúrbio descaracterizado, sem nada que lhe confira meios para ambiente de vida urbana, ou identifique. Nada, no Plano, proporciona a esse alargamento condições para se integrar no ambiente de bairro que a mancha urbana consolida consegue esboçar. A acentuação desse ambiente deveria ter sido o objectivo estratégico do Plano, em termos, que lhe competiam, de construção de urbanidade, mas não só é alheio a essa preocupação, como o inviabiliza, pela compartimentação que cria para com a zona



existente. Pelo contrário, a rotunda, ao lado de Lagos, que vai dar acesso directo à nova área urbana, vai acentuar ainda mais o afastamento da zona central do Chinicato, pela tendência da aproximação a Lagos. A agravar esta situação, aparece um insólito “Retail Park” sem que seja apresentada qualquer justificação. É uma instalação com uma escala de serviços que nada tem que ver com o Chinicato. A contiguidade com o aglomerado urbano vai não só impedir qualquer tendência e desenvolvimento, que poderia ser provocada com o aumento da população residente, e das instalações industriais, como vai destruir a incipiente vida comercial instalada, que não vai poder concorrer com a sedução consumista que aquele apresenta. É indispensável eliminar essa proposta do Plano de Pormenor, ou então o resultado será a morte cívica e urbana do Chinicato, sem benefício de ninguém, dali, de Lagos, do Odiáxere e até da Torre. Também nestes os efeitos negativos serão gravíssimos. Pelas razões atrás expostas a CDU não pode concordar com a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, razão pela qual vota contra.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Votamos contra por considerarmos que a Proposta do Plano ao contemplar uma zona comercial daquelas características é lesiva dos interesses do município, nomeadamente do comércio local, debilitando ainda mais a já frágil zona histórica da cidade e toda a actividade comercial em geral. Contemplar no plano como opção no presente momento o aumento da área habitacional e promover o aparecimento de uma área comercial com aquelas características depois de conhecidos os problemas que geraram e geram em todo o Algarve, situações semelhantes, para além de errado revela que não se aprendeu nada com a experiência vivida. O nosso modelo de desenvolvimento não passa por estas opções, mas sim pelo reforço do investimento no fomento do repovoamento e reabilitação da zona histórica de Lagos, como grande pólo de atracção comercial e habitacional. Isto no âmbito de uma política integrada de ocupação efectiva de um espaço que dada a sua natureza potencia uma diferenciação positiva entre Lagos o seu modelo de desenvolvimento e o resto do Algarve.”-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD), em defesa da honra, disse o seguinte: “Queremos criar algum ambiente, nesta Assembleia, de natureza de troca de alguma dialéctica, sem ser ofensivo. Não ofendi ninguém, eu não ofendi ninguém, as pessoas parece que ficaram todas muito ofendidas, eu não ofendi ninguém, nem sequer a equipa. Eu apenas disse ao Sr. Presidente da Câmara, nem sequer foi à Assembleia, que se gostasse muito de ter explicações de economia e de justificar como se faz a cabimentação das verbas nas Juntas de Freguesia, era escusado ter vindo para a Assembleia Municipal. Eu disse isso ao Sr. Presidente da Câmara e isso é um problema de natureza política, não disse para as senhoras. Devo dizer que eu tenho aprendido toda a minha vida, agora nunca pensei, e isso estou sempre a aprender e essa é uma grande surpresa, é que V. Exa., para além das boas aptidões e capacidades para aprender e para educar, também tivesse essa componente religiosa, isso é que foi efectivamente interessante, essa é mais uma surpresa da noite, a senhora [dirigindo-se à Sra. Manuela Goes (BE)], para além disso tudo tem essa



Fl. 92v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

componente religiosa muito apaziguadora.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NA DELIBERAÇÃO TOMADA:** Nas deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 5 de Dezembro de 2011, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, neste mesmo local, no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 3 minutos da madrugada do dia 29 de Novembro, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,-----

-----,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--
